

BPC: critérios que se tornam barreiras para a sua concessão. Cléia Martins Januário, Bianca Ribeiro de Souza, Juliana Cintra Freitas, Mário José Filho. - 3.09 – Serviço Social - Departamento de Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O resumo tem como intuito discutir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os critérios de sua concessão, que o tornam um benefício assistencial de caráter restrito à população economicamente vulnerabilizada.

A Constituição de 1988 marco legal na definição de política pública da Seguridade Social, é entendida como o instrumento mais significativo de garantia da ordem social para o implemento do bem-estar e justiça social; a mesma articula ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade a fim de assegurar direitos à Saúde, Previdência e Assistência Social. A garantia desse tipo de proteção social é vista sob os princípios da equidade, universalidade e descentralização, como um direito do cidadão e dever do Estado.

A Assistência Social, política de inclusão social não contributiva, garante à população vulnerabilizada mínimos sociais, que segundo Milano (2004, p.61) são “o esforço máximo que a sociedade consente para permitir a integração mínima do indivíduo”.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), n.8742/93, disciplinou a Assistência Social e, em especial, o BPC que veio substituir a Renda Mensal Vitalícia, instituída pela Lei n.6179 de 1974, que vigorou até a implementação do BPC em janeiro de 1996, os critérios observados diferiam dos especificados a partir de então.

Como critérios elencados para requisição e concessão do benefício, destacamos com prioridade a questão da renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo; a idade de 65 anos ou mais, no caso do requerente ser idoso e não conseguir prover a sua manutenção e nem de tê-la provida por seus familiares. As pessoas com deficiência devem comprovar através de laudo médico a doença ou deficiência que o incapacite para o trabalho e subsistência. É importante destacar que o BPC não é cumulativo com outros benefícios pagos pela Previdência Social (aposentadoria, pensão e auxílios). Seu caráter assistencial não dá direito ao 13º salário, e não permite, em caso de morte, a transferência do mesmo para outro membro da família.

Cabe ressaltar que a terminologia empregada será a de pessoa com deficiência e não pessoa portadora de deficiência, sendo a última a mais utilizada no aporte jurídico brasileiro. A opção por tal terminologia é explicada, pois acreditamos que a deficiência é algo inerente à pessoa e não como um objeto que ela porta e pode se desvencilhar quando quiser.

Após a concessão o beneficiário deverá submeter-se ao processo revisional, que acontece de dois em dois anos, com a finalidade de verificar a continuidade das condições que lhe deram origem. A partir de estudos realizados sobre a revisão do BPC, identificamos duas etapas: a de avaliação social e a médica pericial; a primeira revela o nível de renda e vulnerabilidade dos idosos e deficientes sendo realizada por assistente social ou congêneres. Já a segunda, constata a incapacidade para a vida independente e para o trabalho das pessoas com deficiência através das perícias médicas do INSS, as quais poderão ou não ser solicitadas pelo assistente social.

Enfim, o processo revisional não deve ser entendido como uma forma de controle a fraudes, mas sim como uma oportunidade de expandir os direitos dos beneficiários, informando-os sobre os recursos disponíveis na comunidade, tais como: transporte, saúde, lazer, educação. A partir de uma metodologia vista em termos sociais como um avanço e que, no entanto, na relação assistente social e médico peritos revela uma lacuna, levando em consideração o tempo entre as avaliações e a incomunicabilidade entre os profissionais, a qual impede a apreensão do beneficiário enquanto ser integral.

A solicitação pode ser feita por mais de um membro do núcleo familiar. No caso de idosos, o BPC não entra no cálculo da renda, o que difere para a pessoa com deficiência que tem o benefício incluso no cálculo per capita, não podendo ultrapassar $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo. Desse modo questionamos: por que o BPC entra no cálculo da renda familiar do deficiente e do idoso não? A resposta para tal indagação está no Estatuto do Idoso - Lei n.10741/2003 em seu artigo 34, o qual assegura a concessão do BPC aos idosos e garante a não inclusão no cálculo da renda familiar per capita.

Segundo os princípios de descentralização da LOAS, atentamo-nos para os critérios inflexíveis do benefício frente as disparidades regionais do país. Tanto as regiões com os melhores índices de desenvolvimento humano quanto as que apresentam os níveis mais baixos, se caracterizam pelos menores índices de concessão do benefício destinado aos idosos. Isto é explicado pelo critério do per capita familiar, pois nos Estados, da região Sul, por exemplo, devido o alto custo de vida possuem uma remuneração que não condiz com o critério estabelecido. Já as regiões Norte e Nordeste do país apresentam baixos níveis de renda, no entanto, a expectativa de vida baixa, refletida por uma alimentação inadequada, sobrecarga de trabalho e grande miserabilidade, impedem o alcance da idade estipulada para a concessão.

O benefício tem a sua organização e comando a nível da esfera Federal, violando o princípio de descentralização da LOAS, artigo 5º, pois os critérios são rígidos e igualmente definidos para todo o país, não respeitando as particularidades regionais.

De acordo com a realidade apresentada pelas esferas de governo verifica-se a necessidade de um reordenamento político e institucional relacionados aos direitos sócioassistenciais, pois o neoliberalismo tem desestimulado o avanço da responsabilidade social estatal em detrimento da filantropização e crescimento do Terceiro Setor. Com a globalização ocorre o aumento das desigualdades entre os países, o que provoca o agravamento e ameaça à segurança das pessoas, resultando na necessidade de proteção social.

O BPC inserido na política de seguridade social poderia ser caracterizado como um dos mínimos sociais de maior relevância no país, no entanto, notamos a sua irrisória proteção social, já que o compreendemos como uma perspectiva restrita e minimalista, fundando-se na pobreza e no limiar de sobrevivência, conforme aponta Sposati (2004, p. 61). Porém, consideramos que o ideal seria uma perspectiva ampla e cidadã, a qual defende um padrão básico de inclusão visando a institucionalização da cidadania para os portadores de não direitos.

Enfim, o maior desafio para os sistemas de proteção social está na efetivação da inclusão social, a qual objetiva garantir o acesso de todos aos recursos, direitos fundamentais e bens e serviços; e dessa forma prevenir os riscos de exclusão por agir em favor dos mais vulneráveis, mobilizando os agentes administrativos e institucionais nos diversos níveis nacional, regional e local.

Referência bibliográfica:

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/(organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – Gestão 2002-2005).- São Paulo: O Conselho, 2004.

MILANO, Sérgio. *La pauvreté absolue*. Paris, Hachette, 1988. Apud SPOSATI, Aldaíza (org). *Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORGANTI, Paulo Eustáquio da Costa. *O benefício de Prestação Continuada e o Conceito de Deficiente na Lei 8.742/93*. 2005. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso – Direito - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade de Estadual Paulista, Franca, 2005.

SIQUEIRA, Ana Carolina Barioni Leite & SILVA, Michelle Menossi. *Benefício de Prestação Continuada: a exclusão dos excluídos*. 2003. 129f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade de Estadual Paulista, Franca, 2003.

SPOSATI, Aldaíza (org). *Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo: Cortez, 2004.